

Diálogos entre a literatura e a história: insurgências de escravizados nos romances *A ilha sob o mar* e *Um defeito de cor*

Victoria Mayara da Rosa¹

Resumo

A literatura afro-brasileira contemporânea tem se destacado por seu compromisso com o resgate e a reconstrução de rastros memoriais da diáspora africana nas Américas, abordando temas como escravidão, resistência e ancestralidade. Nesse contexto, este artigo analisa as representações ficcionais de *A Ilha Sob o Mar* (2008), de Isabel Allende, e *Um Defeito de Cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, explorando como ambas as obras revisitam insurgências de escravizados ocorridas na América Latina durante o período colonial. Os dois romances recriam contextos históricos que destacam a violência da escravidão e, simultaneamente, a resistência dos povos negros. *Um Defeito de Cor* narra a trajetória de Kehinde, uma mulher africana que enfrenta a escravidão no Brasil e luta por sua liberdade, enquanto *A Ilha Sob o Mar* apresenta a história de Zarité, uma escravizada na colônia de Saint-Domingue (atual Haiti) que testemunha a revolução haitiana. Ambas as narrativas revisitam episódios históricos sob a perspectiva de personagens femininas negras, reconfigurando a memória coletiva sobre o período escravocrata. Este trabalho busca estabelecer diálogos entre as duas obras, considerando as estratégias narrativas e os contextos históricos representados. Ao fazer isso, reflete-se sobre o papel da literatura como uma ferramenta de resistência, revisitação crítica e reimaginação do passado.

Palavras-Chave: escravidão; memória; literatura; afrobrasileira; comparação, rebelião.

1 Introdução

Durante o período colonial, as nações europeias, com a justificativa de levar a civilização e a fé cristã aos supostos “bárbaros” e “selvagens”, particularmente sob o manto da pretensa superioridade étnica e racial, tornaram cativos milhões de africanos. Esses escravizados sofreram todos os tipos de violência e muitas foram as rebeliões traçadas por eles na tentativa de se ver livre desse sistema de exploração. Nesse contexto, as duas obras aqui analisadas abordam a resistência de escravizados na América Latina.

A ilha sob o mar é um romance histórico que se passa no contexto da colonização de São Domingos e a posterior rebelião que ocorreu na Ilha e resultou no primeiro país a se tornar uma República através de um movimento insurrecional. O romance aborda a trajetória de luta, sobrevivência e resistência da escravizada Zarité, que suporta tudo através da fé ao vodú e a loa mãe Erzuli, dançando para escapar da realidade.

¹ Mestranda na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA/PR, Foz do Iguaçu, Brasil; Bolsista do CNPq – Brasil; victoriamayaradarosa@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0005-0123-310Xvictoriamayaradarosa@gmail.com>

Um defeito de cor é um romance histórico que se passa no contexto da colonização do Brasil e apresenta a história da maior insurgência urbana ocorrida no país, a Revolta dos malês. A história é narrada por Kehinde, uma jovem que se torna escravizada após ser capturada na atual República do Benin. A personagem apresenta a sua luta e resistência ao sistema escravista. Além disso, aborda a história da insurgência dos escravizados islamizados que não aceitavam a submissão e resistiam através da fé em Alá.

O objetivo desse artigo é analisar a representação das insurgências de escravizados ocorridas na América Latina. Em *A ilha sob o mar*, acompanhamos as insurgências no Haiti que resultam na institucionalização do primeiro Estado nacional oriundo de uma insurreição de escravizados no mundo; o primeiro país a abolir a escravatura e o segundo a proclamar a Independência na América. Já em *Um defeito de cor* acompanhamos a história da maior insurgência urbana ocorrida no Brasil, a Revolta dos malês.

2 Memória, História e Literatura

As pesquisas para compor os romances históricos analisados revelam um intrincado processo de mescla entre memória, história e ficção. A partir de memórias fragmentadas, oralidade e registros históricos, Ana Maria Gonçalves reconstrói a história de Luísa Mahin e a Revolução dos Malês na Bahia em *Um Defeito de Cor*, enquanto Isabel Allende revive a Revolução Haitiana, marco na emancipação da colônia, em *A Ilha Sob o Mar*. Ambas as narrativas são construídas do ponto de vista feminino, enfatizando o papel das mulheres, as que mais sofreram sob o sistema escravocrata, sendo vítimas constantes de violência física, emocional e simbólica. Nesse contexto, a literatura desempenha um papel crucial na recuperação de vestígios e rastros memoriais, preservados pela tradição oral e pela memória coletiva de diversas gerações.

No ensaio *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993), Pierre Nora apresenta uma reflexão seminal sobre a relação entre memória e história, seus pontos de tensão e suas possibilidades de entrecruzamento. Ele argumenta que a memória antecede a história e, no mundo antigo, ambas coexistiam como um só fenômeno. No entanto, o "desencantamento do mundo" trouxe uma racionalização e cientificidade que inseriram a história no campo das ciências sociais, impondo a necessidade de um método historiográfico para validar a reconstrução do passado. Para Nora, a memória é viva, dinâmica e vulnerável, marcada pela

dialética entre lembrança e esquecimento, enquanto a história é uma reconstrução do que não existe mais, uma representação crítica do passado.

Nora ressalta que, na contemporaneidade, a preservação da memória se democratizou. Durante séculos, a memória foi controlada por instituições como a Igreja, o Estado e grandes famílias, que moldavam o que deveria ser lembrado ou esquecido. Com a ampliação do acesso à memória, grupos marginalizados passaram a reivindicar seus espaços na história, buscando reconstruir narrativas suprimidas por razões políticas e econômicas. Nesse processo, a literatura desempenha um papel fundamental como um “lugar de memória”, conceito desenvolvido por Nora para descrever espaços materiais, funcionais e simbólicos que sustentam e expressam a memória coletiva.

Os romances analisados inserem-se nessa perspectiva ao funcionarem como instrumentos de recuperação e ressignificação da memória afro-diaspórica. *Um Defeito de Cor* e *A Ilha Sob o Mar* não apenas resgatam vozes silenciadas, mas também oferecem uma releitura crítica de eventos históricos sob a ótica de mulheres negras que resistem à opressão. A partir de uma perspectiva afrocentrada, essas narrativas preenchem as lacunas deixadas pela historiografia tradicional e recuperam histórias de resistência, sobrevivência e transformação.

Ana Maria Gonçalves, ao reconstruir a história de Luísa Mahin e a Revolução dos Malês, utiliza elementos da oralidade e da memória coletiva para dar voz às mulheres negras como protagonistas de sua história. Da mesma forma, Isabel Allende, em *A Ilha Sob o Mar*, aborda a Revolução Haitiana, destacando a centralidade da resistência feminina no processo de emancipação. Ambas as autoras se apropriam da memória como uma ferramenta de libertação, um ponto discutido por Jacques Le Goff em *História e Memória* (2013). Segundo Le Goff, a memória coletiva pode ser um instrumento de poder, mas também de resistência, especialmente em sociedades cuja memória social foi oprimida ou marginalizada. Ele defende que a memória coletiva deve servir à libertação e não à servidão, ideia que encontra eco nas narrativas de Gonçalves e Allende.

Nesse sentido, a literatura afro-brasileira contemporânea desempenha um papel crucial na reconfiguração das narrativas históricas. Conforme Zilá Bernd (2013), essa literatura rompe com a visão tradicional em que o negro era apenas um “outro” na história, para assumir o lugar de sujeito da enunciação, capaz de falar em primeira pessoa, seja no singular ou no plural. Essa mudança de perspectiva reflete um movimento de recuperação identitária, alinhado ao que Nora descreve como “o dever de memória”, em que cada grupo busca reconstruir sua própria história para reafirmar sua identidade cultural e histórica.

Ao mesmo tempo, as fronteiras entre história e literatura se tornam cada vez mais tênues. Nora observa que, no mundo contemporâneo, a memória é central na reconstrução histórica, criando um novo tipo de narrativa que mistura ficção e testemunho. Nas palavras de Nora (1993, p. 28): “Memória, promovida ao centro da história: é o luto manifesto da literatura.” Nesse processo, obras como *Um Defeito de Cor* e *A Ilha Sob o Mar* funcionam como “romances verdadeiros” que transcendem os limites da historiografia tradicional para oferecer uma nova profundidade à experiência histórica.

Os romances analisados exemplificam como a literatura pode funcionar como um lugar de memória e resistência, preenchendo lacunas deixadas pela história oficial e reivindicando o protagonismo de grupos historicamente marginalizados. Ao resgatar memórias individuais e coletivas, essas narrativas desafiam as estruturas de poder que perpetuam o silenciamento e reafirmam a humanidade e a agência dos sujeitos afro-diaspóricos. Dessa forma, *Um Defeito de Cor* e *A Ilha Sob o Mar* não apenas reconstróem eventos históricos, mas também transformam a literatura em um espaço de luta, memória e emancipação.

2.1 A Revolução Haitiana: breve contextualização

O espaço geográfico que hoje se conhece por Haiti foi colonizado inicialmente pelos espanhóis, em 1492, e recebeu o nome de Ilha de Hispaniola. Nesse período, a principal atividade realizada era a mineração aurífera que se utilizava de mão de obra indígena. A prática resultou na dizimação dos nativos da região. Em 1697, o lado ocidental da Ilha passou a ser dominado pela França e recebeu o nome de São Domingos. Os novos colonizadores introduziram na região a produção de cana-de-açúcar com a utilização de mão de obra escrava no empreendimento. A ilha de São Domingos ficou conhecida como “A pérola das Antilhas” ao se tornar a mais próspera das posses francesas. “O cultivo da cana-de-açúcar e do café intensificado nas décadas seguintes à posse francesa, baseava-se no conhecido tripé: agricultura de exportação através do trabalho de escravizados oriundos da África, embora houvesse significativa produção de subsistência.” (Morel, p. 82, 2017).

Segundo Morel (2017), para manter o sistema funcionando em média 40 mil escravizados eram trazidos para o Haiti a cada ano na década de 1780, “verdadeira “africanização” da sociedade que se formava”. Em pouco tempo o Haiti se tornou habitado por uma população majoritariamente negra e mestiça, entre os libertos e descendentes de escravizados havia pequenas e médias fortunas. Apesar de serem livres, esses negros não

tinham direitos civis e políticos garantidos e sofriam todo tipo de preconceito e violência, eles eram genericamente chamados de *gens de couleur*. “A população de São Domingos no momento da Revolução Francesa, estimada em 520 mil habitantes e classificada pelos critérios socioraciais de um de seus colonos, expressa a desigualdade e a desproporção” (Morel, p. 83, 2017).

Apesar da recorrente ideia eurocêntrica de que a Revolução Francesa influenciou a Revolução do Haiti, na verdade, temos uma situação bem contrária: A Revolução do Haiti desencadeou a abolição da escravatura nas colônias francesas. Isso porque a França vivia um período bem conflituoso com Napoleão Bonaparte tentando conquistar mais territórios. Essas conquistas desencadearam diversos conflitos entre os países da Europa e, somando-se a isso, a possível perda do Haiti por conta da insurgência, a França se viu encurralada e pressionada a assinar a abolição da escravidão nas colônias. Portanto, percebe-se que existiram fatores recíprocos de contatos e transformações entre as revoluções.

A entrada massiva de africanos em São Domingos, a emergente elite negra e “mestiça” discriminada e a violência de colonos e dirigentes representam o quadro emergente da revolução social que ocorreria na Ilha. Para a ilha, o resultado da insurgência foi catastrófico, muitas terras queimadas e muita violência. Apesar da brutalidade em comum, a diferença entre os lados era significativa: uns lutavam pela abolição da escravidão e outros para mantê-la. Os horrores de São Domingos ficaram conhecidos mundo a fora e o temor dos chamados “defensores da ordem” era que o mesmo ocorresse em outras colônias na América.

A insurreição se transformou em uma guerra civil que durou 12 anos. Não existiam regras e nem delimitações, cada grupo se aliava a outro buscando seus próprios interesses e mudavam suas alianças constantemente. Inicialmente, havia mestiços que combatiam ao lado de colonos brancos, havia as tropas europeias em campo (francesas, espanholas e inglesas) e havia os negros que atacavam brancos e mestiços inimigos. Para completar o quadro caótico, em 1792, ocorreram conflitos entre brancos da colônia e brancos da metrópole, e, monarquistas e republicanos. E em 1799, ocorreu a Guerra do Sul, conflito entre negros e mestiços.

Além disso, a Espanha e a Inglaterra declararam guerra contra França e passam a interferir no conflito com o objetivo de enfraquecê-la. Inicialmente, a Espanha instigou a insurgência escrava, financiando armas e dinheiro, visando enfraquecer o domínio francês. Ao mesmo tempo, os ingleses se aliaram aos colonos locais. Espanha e Inglaterra decretam guerra à França. Para não perder o controle do território, a França decreta a abolição da escravatura

em 1794. E isso faz com que as tropas de escravizados se aliassem a França, o que resulta na derrota dos espanhóis e dos ingleses.

Segundo Morel (2017), o vodu foi um dos principais fatores que impulsionou o protagonismo dos escravizados na Revolução do Haiti. O vodu é uma religião de matriz africana que tem semelhança com os cultos da santería, em Cuba, e do candomblé, no Brasil. Essa religião era modo de expressão e canal de resistência à vida dura dos escravizados. Nas palavras de Marco Morel, o vodu “significou a estes trabalhadores escravizados um suporte afetivo que lhes deu forças para valorizarem sua condição humana e romperem os mecanismos básicos da opressão” (Morel, p. 90, 2017). Durante anos, os escravizados cultivaram as práticas do vodu secretamente, se comunicando por meio dos tambores usados nas danças, sem que os senhores suspeitassem, a religião os alentava e os unia em suas rebeliões.

Porém, a abolição da escravidão no Haiti não resolveu todos os problemas. Nesse ponto, a insatisfação dos escravizados recém libertos estava em alta e os conflitos na ilha eram recorrentes. Os *gens de couleur* também não estavam contentes, pois acreditavam-se superiores aos ex-escravizados e reivindicavam direitos de cidadania. “Até então, os “homens de cor” livres em São Domingos não tendiam a aliar-se com a população negra – escrava ou livre. Buscavam, ao contrário, equipararem-se à condição dos colonos e, por isso, guerreavam ao lado destes” (Morel, p. 88, 2017).

Então se inicia o processo de definir os novos donos do poder, e, portanto, retornam os conflitos entre negros livres e não livres, causando diversas mortes e separatismo territorial. A guerra civil entre negros livres e não livres termina em 1800, com a vitória de Toussaint que é nomeado Governador Geral e se torna autoridade máxima da colônia. Napoleão tenta recuperar a colônia e envia tropas que conseguem prender e capturar Toussaint, que é levado à França e morre algum tempo depois. Napoleão decreta a volta da escravidão nas colônias em 1802, após a pressão da burguesia e dos antigos proprietários de terras e escravos. O que provoca a insurreição geral em São Domingos, unindo negros livres e não livres, que se unem para lutar contra um inimigo em comum: a colonização e a ameaça de retorno da escravidão. Por fim, os franceses são derrotados pelas tropas revolucionárias e, em 1804, é declarada a Independência do Haiti por Jean-Jacques Dessalines.

A França acaba reconhecendo a Independência do Haiti após impor condições esmagadoras. Após dificultar e protelar o reconhecimento da independência do Haiti, o rei francês Charles X assina o decreto “concedendo” a Independência a antiga colônia. Porém, com a condição do Haiti pagar a indenização estipulada em 150 milhões de francos, ele exigia

também a redução de 50% dos direitos de alfândega aos produtos exportados para a França. O objetivo dessa indenização era ressarcir os antigos proprietários escravistas e impedir que o desenvolvimento econômico do Haiti afetasse os negócios das demais colônias da França no Caribe. O governo haitiano acaba aceitando a imposição, o que traz consequências trágicas para o futuro do país. Se inicia então a recuperação do país, realiza-se uma reorganização das formas de dominação e manutenção do trabalho agrícola, que passa a ser controlado por uma elite negra e mestiça. Grandes potências isolam e embargam comercialmente, militarmente e politicamente o Haiti o que torna o processo de recuperação do país extremamente dificultoso.

O modelo haitiano de independência foi a destruição simultânea do escravismo e da dominação colonial, tal modelo suscitou diversas releituras em outros países da América. As notícias sobre a Revolução do Haiti circulavam na América e geravam sentimentos de rebeldia e esperança. Nas ruas do Brasil, a palavra “revolução” andava de boca em boca e diversas atitudes e expressões de resistência vieram à tona. Nas palavras de Marco Morel (p. 205, 2017), “a diversidade aflora com a eclosão das Revoluções.”

2.2 A Revolta dos Malês: breve contextualização

A colonização brasileira só foi desenvolvida em 1530, com o estabelecimento das capitanias hereditárias e se baseou no processo de exploração. Ela contou com três grandes ciclos econômicos, o do pau-brasil, o do açúcar e o do ouro, e a principal mão de obra utilizada foi a de escravizados indígenas e africanos. A introdução da produção de cana de açúcar foi caracterizada pela substituição da mão de obra indígena pela mão de obra escravizada importada da África. Em pouco tempo, a economia açucareira ultrapassou a extração de pau brasil como fonte primária de recursos e com o seu desenvolvimento, a importação de escravizados aumentou consideravelmente. Os escravizados foram trazidos principalmente da costa ocidental africana, e podem ser distinguindo em três grandes grupos culturais: os Nagôs, os Muçulmanos e os Bantu. O tráfico negreiro assim como o cultivo de cana de açúcar se tornou um dos negócios mais rentáveis no Brasil nesse período.

E assim, o Brasil se constrói através do projeto colonial, da monocultura e do escravismo que resultou em uma sociedade totalmente nova. “A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista.” (Ribeiro, 2015, p. 91).

No Brasil, a escravidão foi implementada pela coroa portuguesa e apoiada pelo sistema jurídico, pela Igreja e pelos latifundiários e resultou num processo de longa duração que só veio a ter fim em 1888 com a homologação da Lei Áurea. A escravidão foi a maneira lucrativa que Portugal encontrou de suprir a mão de obra no Brasil.

Segundo Laurentino Gomes (2019), a escravidão africana difere da escravidão antiga e da servidão medieval por duas características principais. A primeira é o regime de trabalho intenso em plantações de cana de açúcar, algodão, arroz, tabaco, café e na mineração de ouro, prata e diamantes que aproximam o trabalho escravo ao trabalho de máquinas agrícolas industriais, com jornadas exaustivas, semelhantes às linhas de produção das fábricas da Revolução Industrial. A segunda é o nascimento de uma ideologia racista, que passa a associar a cor da pele à condição de escravizado. Para os estudiosos da época, o negro seria naturalmente selvagem, bárbaro e pagão, e sua vocação seria viver sob a tutela dos brancos, adquirindo assim a possibilidade de alcançar um estágio civilizatório. De acordo com o autor, durante os três séculos e meio de escravidão na América, muitos pensadores filosóficos fortaleceram a ideia de que o negro seria naturalmente inferior ao branco e os teólogos utilizaram a maldição de Cam para defender o cativo dos africanos. Dessa forma, a escravidão passa a ser legalmente permitida com diversas justificativas, entre elas a suposição de superioridade étnica e religiosa.

Segundo o pesquisador Fernando Granato (2021), a Revolta dos Malês foi a maior rebelião de escravizados que aconteceu nos centros urbanos do Brasil. Cerca de 600 africanos participaram da insurgência que buscava o fim da hegemonia e o domínio dos brancos na cidade. Os líderes da rebelião eram africanos islamizados que ficaram conhecidos como malês. O nome deriva da palavra “imalê”, que em iorubá significa muçulmano.

A Bahia foi a primeira capital do Brasil e funcionou como o centro de exploração de matéria prima e riquezas naturais por Portugal. Inicialmente o principal produto exportado era o pau-brasil, porém logo a coroa viu a cana de açúcar como um negócio mais lucrativo. Foi então que a mão de obra escravizada começou a ser trazida da África, pois os portugueses tinham conhecimento das habilidades dos negros africanos nas plantações de açúcar nas ilhas do Atlântico. Segundo Granato (2021), entre 1550 e 1855 estima-se que cerca de 4 milhões de negros escravizados foram trazidos ao Brasil. Com a Revolução do Haiti, os produtores baianos de açúcar ocuparam o lugar deixado pelo concorrente. Portanto, as exportações aumentaram consideravelmente e o tráfico negreiro também.

Os escravizados eram comprados na costa africana e vendidos no Brasil por um valor três vezes maior, o que tornou o tráfico negreiro um dos negócios mais lucrativos durante esse

período. Transportados em situações completamente insalubres, os cativos permaneciam durante toda a travessia nos porões dos navios, acorrentados uns aos outros pelo pescoço e pelas pernas, misturados a fezes e urina, com uma escassa alimentação e pouquíssima água. Muitos não sobreviviam a viagem e alguns tiravam suas próprias vidas. Esses, tinham seus corpos jogados no mar.

Preocupados em lucrar o máximo possível, gastando o mínimo, os traficantes não se importavam com a situação em que os cativos ficavam durante a travessia do Atlântico. Quando a carga era encomendada por um senhor de engenho específico, todos eram marcados a ferro em brasa, pois já tinham um destino. Ao chegarem na Bahia, eram batizados e recebiam nomes cristãos e então eram postos à venda depois de um período de engorda, porque muitos chegavam doentes, fracos e extremamente magros, o que não resultaria em uma venda muito lucrativa.

Os escravizados eram trazidos das mais diversas regiões da África, entre as principais podemos citar Guiné, Angola e Costa Mina. A maior parte dos escravizados vinham da Costa Mina. No litoral da atual República do Benin, se conserva a triste lembrança da despedida, ali naquele local onde calcula-se que mais de 1 milhão de cativos tenham passado foi erguido um memorial chamado “Porta do Não Retorno.” Os africanos que viveram na região da atual República do Benin, são de origem nagô e a maioria segue a religião muçulmana. Alguns sabiam ler e escrever em árabe. Eles estavam sempre envolvidos em conflitos entre etnias, mantinham a fé no Alcorão, usavam anéis de ferro e não se alimentavam com a carne de porco. Com a chegada deles ao Brasil, coincide a ocorrência de várias rebeliões ao longo do século XIX. Segundo Luiz Vianna Filho (p. 76), “a costa Mina não nos mandava apenas negros escravos. Com eles, exportara uma fé”.

O século XIX foi marcado por muitas insurgências de escravizados, e isso aconteceu por vários motivos, como a chegada dos africanos nagôs, a crise econômica e social da Bahia e o aumento do trabalho e a piora nas condições de vida dos escravizados. Durante esse período, acontecia também os embates pela independência da Bahia. Nos quais, os negros também participaram de forma direta e indireta. Apesar da elite branca depender das tropas negras para enfrentar os portugueses, temiam que os ideias de emancipação e liberdade inflamasse as senzalas.

Em Salvador, existiam muitos quilombos e terreiros religiosos, que concentravam muitos africanos que trabalhavam no “ganho”. Apesar da tentativa de repreensão por parte do governo, esses lugares se tornaram pontos de encontros de pretos, escravizados e libertos, e serviram como base para as primeiras rebeliões. A cada nova rebelião escrava, medidas

restritivas eram intensificadas e novas eram acrescentadas. Porém, essas repreensões pareciam aumentar o número de cativos disposto a lutar e acabavam unindo diversas etnias africanas que antes eram inimigas. As insurgências iniciais dos escravizados eram espaçadas e aconteciam em regiões periféricas. Após a Independência da Bahia, em um contexto de resistência contra o regime escravocrata, iniciaram novas insurgências, muito mais organizada e em regiões urbanas. A maior das insurgências em centros urbanos no Brasil foi a Revolta dos Malês.

A Revolta dos Malês foi uma rebelião organizada e programada por anos e o motivo do fracasso foi a delação. A revolta estava programada para acontecer na manhã de 25 de janeiro de 1835, no dia de Nossa Senhora da Guia, logo após o fim do Ramadã. Porém, por conta da delação, a revolta se antecipou e perdeu o efeito surpresa, pois a milícia já estava de prontidão. Durante a rebelião, os negros escravizados e livres se dividiram em vários grupos, um dos grupos principais estava reunido no sobrado do Alfaiate quando foi surpreendido pela milícia, que sabendo dos planos da rebelião faziam buscas por todas as lojas. Após esse primeiro confronto armado, os rebeldes ganharam as ruas do centro velho, se dividindo em vários subgrupos. A notícia do início do movimento se espalhou entre os grupos e em vários pontos da cidade iniciaram-se focos de motins. A maioria dos grupos seguiram para a Praça Tomé de Souza, na época chamada Praça do Palácio, onde no subsolo da Câmara Municipal funcionava a cadeia da cidade, eles tinham o objetivo de libertar um líder importante dos malês, Pacio Licutan.

Porém, a tentativa não teve sucesso, pois, avisados posteriormente, soldados armados dispararam contra os rebeldes. Na Água de Meninos, a caminho para o Recôncavo, onde os rebeldes iriam se reunir com mais escravizados, aconteceu o confronto mais sangrento da revolta. Assim que chegaram próximo ao quartel, os rebeldes foram recebidos com uma descarga de tiros. Muitos morreram e os que sobreviveram foram perseguidos por soldados montados, que avançaram com cavalos sobre os africanos. Alguns conseguiram correr e se esconder no mato, outros tentaram fugir pelo mar e morreram afogados. Os corpos foram recolhidos e os sobreviventes presos. Na manhã seguinte ainda ocorreram outros confrontos isolados que logo foram contidos. Com medo que ocorresse o mesmo que no Haiti, o governo passou a perseguir os africanos. A maioria das penas estabelecidas pela Justiça foram açoites para escravizados e banimentos para os libertos. Os que receberam pena de morte foram dizimados no dia 14 de maio de 1835, no Campo da Pólvora.

3 Insurgência dos escravizados nos romances



A obra de Martín Lienhard é referência essencial para compreender as tensões e conflitos socioculturais nas nações pós-coloniais da América Latina. Em *Dissidentes, Rebeldes, Insurgentes* (2008), Lienhard desenvolve a noção de "história testemunhal", abordando as rebeliões de indígenas e negros escravizados sob a perspectiva de suas próprias lógicas socioculturais. O autor identifica três tipos de resistência escrava: a **resistência de ruptura**, quando o escravizado abandona definitivamente o cativo e busca criar uma nova vida em liberdade; a **resistência intermitente**, marcada por fugas ocasionais que podem servir como forma de negociação, protesto ou estratégia de sobrevivência; e a **resistência encoberta**, expressa na manutenção de práticas culturais, religiosas e sociais que asseguram a preservação da memória ancestral, mesmo sob o jugo da escravidão. Essa última forma de resistência destaca o papel das práticas religiosas africanas, como o vodu, o candomblé e outras tradições, como instrumentos de preservação identitária e de subversão simbólica da ordem escravista.

De forma complementar, Clóvis Moura, em *Rebeliões da Senzala* (2020), contesta a visão eurocêntrica que perpetua a ideia de passividade entre os escravizados. Moura oferece uma análise aprofundada das rebeliões, quilombos e guerrilhas no Brasil, destacando as complexas estruturas organizacionais criadas pelos escravizados em busca de liberdade. Ao expandir o conceito de "forma quilombo", Moura argumenta que essas comunidades não apenas representavam refúgios físicos, mas também configuravam unidades de resistência política, social e cultural, nas quais alianças estratégicas eram construídas para sustentar o enfrentamento ao sistema escravista. Essa visão desafia a narrativa oficial, frequentemente moldada pelo silenciamento da resistência negra, ao destacar a agência histórica dos escravizados e suas contribuições para o desmantelamento do sistema opressor.

Nos romances analisados, *Um Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves, e *A Ilha Sob o Mar*, de Isabel Allende, essas formas de resistência são retratadas com profundidade. Em *Um Defeito de Cor*, acompanhamos Kehinde, uma mulher africana raptada e vendida como escravizada no Brasil, que conquista sua alforria e se engaja politicamente na luta pela liberdade. Ao participar ativamente da Revolta dos Malês, Kehinde exemplifica a resistência coletiva e a liderança feminina em momentos cruciais da história brasileira. Já em *A Ilha Sob o Mar*, Zarité, escravizada em Saint-Domingue, alcança sua liberdade durante a revolução haitiana. A narrativa de Allende evidencia a complexidade da luta haitiana, que não apenas derrotou potências coloniais como Espanha, França e Inglaterra, mas também instaurou um novo paradigma de resistência global, conforme discutido por Lienhard.

A espiritualidade desempenha um papel central nas narrativas. Zarité encontra força no vodu, que é representado como uma prática espiritual e política, essencial para a coesão dos escravizados em Saint-Domingue. Da mesma forma, Kehinde utiliza sua conexão com a ancestralidade africana como fonte de resistência. A preservação cultural e a luta por justiça são pilares que conectam as trajetórias das duas protagonistas, inserindo-as em um contexto mais amplo de insurgência afro-diaspórica.

Essas narrativas literárias desafiam o discurso colonial ao apresentar as mulheres negras não apenas como agentes de resistência, mas como líderes capazes de transformar suas comunidades e reconfigurar o curso da história. Ao reconstruir essas histórias sob perspectivas afrocentradas, *Um Defeito de Cor* e *A Ilha Sob o Mar* questionam a historiografia oficial, apresentando versões alternativas e emancipadoras dos eventos históricos. A revolução haitiana, descrita por Lienhard como o mais emblemático movimento de insurgência escravista, e a Revolta dos Malês, vista como um marco na luta pela liberdade no Brasil, exemplificam como a resistência ativa, seja cultural, espiritual ou política, desafia as estruturas de poder e redefine a memória coletiva.

Ao destacar a força das protagonistas, as obras reforçam a centralidade das mulheres negras como protagonistas não apenas de suas próprias histórias, mas também dos processos de transformação social. Essas narrativas evidenciam como as insurgências de escravizados não apenas representaram atos de resistência, mas também foram fundamentais para a construção de novos imaginários sociais, onde a memória ancestral e a espiritualidade se tornam ferramentas essenciais para a luta por justiça e liberdade.

Conclusões

Podemos concluir que as duas obras analisadas, *Um Defeito de Cor* e *A Ilha Sob o Mar*, oferecem um retrato profundo e multifacetado das insurgências de escravizados ocorridas na América Latina, revelando a resistência ativa e constante contra o sistema colonial escravista. Essas narrativas desconstruem o pensamento eurocêntrico que durante séculos retratou os escravizados como passivos ou desprovidos de agência histórica. Ao contrário, as histórias evidenciam a complexidade das lutas individuais e coletivas, bem como a centralidade da cultura e da espiritualidade na articulação dessas resistências.

Nas narrativas, as protagonistas Kehinde e Zarité se afirmam como sujeitos históricos que desafiam a hegemonia do sistema escravista. Suas ações, motivações e trajetórias são

impulsionadas por uma relação intrínseca com a religião e a memória ancestral, elementos que transcendem as limitações impostas pelo cativo. Kehinde encontra na sua vivência como quitandeira, mãe, acolhedora de escravizados fugitivos e participante ativa da Revolta dos Malês formas de subverter o sistema escravista brasileiro. Zarité, por sua vez, preserva sua fé no vodu como fonte de força espiritual e resistência, mesmo em meio às violências extremas do sistema colonial de Saint-Domingue. Ambas protagonizam atos de coragem que vão além da sobrevivência, configurando-se como verdadeiras agentes de transformação.

Essas representações literárias revelam o compromisso das vanguardas literárias contemporâneas com o questionamento da historiografia oficial, muitas vezes marcada pelo apagamento das vozes afro-diaspóricas. Autoras como Ana Maria Gonçalves e Isabel Allende reimaginam o passado, oferecendo uma perspectiva que privilegia o protagonismo negro e revisita criticamente os eventos históricos que moldaram as nações americanas.

Além disso, essas obras ampliam as discussões sobre a memória coletiva e o papel da literatura na recuperação de histórias silenciadas, ao mesmo tempo que destacam as conexões transnacionais e o impacto das culturas africanas nas Américas. Elas denunciam a violência colonial, mas também celebram a resiliência e a criatividade dos povos escravizados, apontando para a importância de narrativas que transcendam o tempo linear e dialoguem com a ancestralidade.

Portanto, *Um Defeito de Cor* e *A Ilha Sob o Mar* não apenas reconstróem a memória das insurgências escravistas, mas também propõem uma nova forma de pensar a história, reafirmando a relevância da literatura como espaço de resistência e reinvenção. Essas obras tornam visível a luta contínua contra a opressão e ressaltam o poder transformador das histórias protagonizadas por mulheres negras, que subvertem os discursos hegemônicos e reescrevem os marcos da história com força, dignidade e humanidade.

Referências

ALLENDE, Isabel. *A ilha sob o mar*. Trad. Ernani Ssó. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BERND, Zilé. *Por uma estética dos vestígios memoriais*. 1 ed. Minas Gerais, 2013.

CARPENTIER, Alejo. *O reino deste mundo*. Trad. de Marcelo Tápia. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2009.

GOMES, Laurentino. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume I. 1 ed. Rio de Janeiro: Globo livros, 2019.

GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. Ilustração Rosana Paulino. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

GRANATO, Fernando. Bahia de todos os negros. 1 ed. Rio de Janeiro: História Real, 2021.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 7 ed. São Paulo, 2013.

LIENHARD, Martin. Disidentes, rebeldes, insurgentes: resistencia indígena y negra em América Latina. Ensayos de historia testimonial. Iberoamericana, Vervuert, 2008.

MOREL, Marco. A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito. 1 ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 6 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, 1993.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

Diálogos entre literatura e historia: insurgencias de esclavos en las novelas *A ilha sob o mar* y *Um defeito de cor*

Resumen

La literatura afrobrasileña contemporánea se ha destacado por su compromiso con el rescate y la reconstrucción de las huellas memoriales de la diáspora africana en las Américas, abordando temas como la esclavitud, la resistencia y la ascendencia. En este contexto, este artículo analiza las representaciones ficcionales de *La isla bajo el mar* (2008), de Isabel Allende, y *Un defecto de color* (2006), de Ana Maria Gonçalves, explorando cómo ambas obras revisitan insurgencias esclavistas ocurridas en América Latina durante el período colonial. Las dos novelas recrean contextos históricos que resaltan la violencia de la esclavitud y, simultáneamente, la resistencia de los negros. *Un defecto de color* cuenta la historia de Kehinde, una mujer africana que enfrenta la esclavitud en Brasil y lucha por su libertad, mientras que *La isla bajo el mar* presenta la historia de Zarité, una esclava en la colonia de Saint-Domingue (actual Haití), que son testigos de la revolución haitiana. Ambas narraciones revisan episodios históricos desde la perspectiva de personajes femeninos negros, reconfigurando la memoria colectiva del período de la esclavitud. Este trabajo busca establecer diálogos entre ambas obras, considerando las estrategias narrativas y los contextos históricos representados. Al hacerlo, reflexiona sobre el papel de la literatura como herramienta de resistencia, revisión crítica y reimaginación del pasado.

Palabras clave: esclavitud; memoria; literatura; afrobrasileño; comparación, rebelión.

Dialogues entre littérature et histoire : les révoltes d'esclaves dans les romans *A ilha sob o mar* et *Um defeito de cor*

Résumé

La littérature afro-brésilienne contemporaine s'est distinguée par son engagement à sauver et à reconstruire les traces mémorielles de la diaspora africaine dans les Amériques, en abordant des thèmes tels que l'esclavage, la résistance et l'ascendance. Dans ce contexte, cet article analyse les représentations fictionnelles de *A ilha sob o mar* (2008), d'Isabel Allende, et *Um defeito de cor* (2006), d'Ana Maria Gonçalves, explorant la manière dont les deux œuvres revisitent les insurrections d'esclaves qui ont eu lieu en Amérique latine pendant la période coloniale. Les deux romans recréent des contextes historiques qui mettent en évidence la violence de l'esclavage et, simultanément, la résistance des Noirs. *Um defeito de cor* raconte l'histoire de Kehinde, une femme africaine confrontée à l'esclavage au Brésil et se bat pour sa liberté, tandis que *A ilha sob o mar* présente l'histoire de Zarité, une esclave de la colonie de Saint-Domingue (aujourd'hui Haïti), qui sont témoins de la révolution haïtienne. Les deux récits revisitent des épisodes historiques du point de vue de personnages féminins noirs, reconfigurant la mémoire collective de la période de l'esclavage. Ce travail cherche à établir des dialogues entre les deux œuvres, en considérant les stratégies narratives et les contextes historiques représentés. Ce faisant, il réfléchit au rôle de la littérature comme outil de résistance, de revisitation critique et de réimagination du passé. Mots clés: esclavage ; mémoire; littérature; Afro-brésilien; comparaison, rébellion.

Dialogues between literature and history: insurgencies of enslaved people in the novels *A ilha sob o mar* and *Um defeito de cor*

Abstract

A contemporary Afro-Brazilian literature has been detached by its compromise as it has been restored and has reconstructed the memories of the African diaspora in the Americas, addressing themes such as slavery, resistance and ancestral life. In this context, this article analyzed the fictional representations of Isabel Allende's

A Ilha Sob o Mar (2008) and Ana Maria Gonçalves' Um Defeito de Cor (2006), exploring how both revisit slave insurgencies that occurred in Latin America during the colonial period. Our novels require historical contexts that destroy the violence of labor and, simultaneously, the resistance of our black people. Umfeito de cor narrates a journey of Kehinde, a multi-African story that crosses the borders of Brazil and its freedom, while A ilha Sob o Mar presents the history of Zarité, a story of the colony of Santo Domingo (current Haiti) that witnessed the Haitian revolution. Both narratives revisit historical episodes from the perspective of black female characters, reconfiguring the collective memory of the slavery period. This task is to establish dialogues between two subjects, considering narrative strategies and historical contexts represented. In doing so, we reflect on the role of literature as a tool of resistance, critically revisiting and reimagining the past.

Keywords: slavery; memory; literature; Afro-Brazilian; comparison, rebellion.